

Fé e compromisso político

JORNAL DE BRASIL

8 AGO 1987

Dom Eugênio de Araújo Sales

Há uma publicação de 1916 que é de grande importância no momento presente. Seu valor, decorrente do autor e do conteúdo, é de utilidade hoje, quando se elabora uma nova Constituição para o Brasil.

Trata-se da Carta Pastoral de Dom Sebastião Leme saudando seus diocesanos quando foi designado Arcebispo Metropolitano de Olinda. Pelo que fez então e depois, como cardeal do Rio de Janeiro, transformou profunda e intensamente a vida da Igreja no Brasil. Creio poder afirmar que iniciou um novo ciclo na história eclesial, em nossa pátria.

O documento guarda extraordinária atualidade em 1987. Comparemos a realidade de nossos dias com esta afirmação: "É, hoje, um lugar-comum o dizer que o Brasil atravessa pavorosa crise. A corrupção e a venalidade tudo invadiram (...). De todo caíram os costumes políticos da nação. Malbaratados os cofres públicos, transgredida a Lei, violada a Justiça, combatido o princípio de autoridade, — combatido, é pouco, esmagado é que ele está (...) são amostras diárias da decadência moral do país" (Carta Pastoral, edição 1916, pág. 84).

Essa descrição é do Brasil de 1916 ou de 1987?

E por que não sobrou o país nas décadas seguintes, face ao impressionante realismo demonstrado por Dom Leme? Certamente a reserva moral da nação agiu como um levedo na massa e a preservou de uma derrocada. Aliás, houve, nesse longo período, derrocadas parciais, seguidas de eficazes reações que possibilitaram a sobrevivência, embora sem uma adequada e necessária recuperação.

Na luta pela conservação de nossas tradições e pelos princípios cristãos, os verdadeiros e autênticos católicos não estão sozinhos. Os fiéis de outras denominações evangélicas e homens de boa vontade, de caráter íntegro, cerram fileiras em torno de muitos de nossos postulados.

Dom Leme constata um quadro que é idêntico ao de hoje: "Somos um país, na sua grande maioria, católico (...). E não é uma religião entretida, apenas, de tradição; estas se entrelaçam as manifestações variadas de uma fé intensa e profunda" (pág. 2). E logo adiante: "Somos a maioria absoluta da nação. Direitos incontestados nos assistem, com relação à sociedade civil e política, de que somos a maioria. Defendê-los, reclamá-los, fazê-los acatados, é dever inalienável. E nós não o temos cumprido" (pág. 5).

Agora, como ontem, o diagnóstico dessa enfermidade de tão terríveis conseqüências é o mesmo indicado por Dom Leme: "Deixamos campo livre aos golpes audaciosos de insignificante minoria" (pág. 30). E isto acontece devido ao "sono tranquilo de uma fé inoperante" (idem). Ai está um questionamento à consciência dos eleitores e de seus representantes católicos. E da resposta a ser dada e vivida por todos e cada um dependerá a inclusão dos postulados cristãos na nova Carta Magna, assim como a superação de muitos problemas que afligem a sociedade brasileira.

O divórcio entre a Fé e o compromisso político explica os males existentes em 1916 e que, na atualidade, de forma aguda, nos flagelam. Ainda perdura uma grande distorção, qual seja o de constituintes que em sua atuação progressiva tomaram atitudes em confronto com as convicções de seus eleitores, pessoas que se confessam e comungam. E no presente, eles atacam princípios básicos de nossa doutrina. Isto aconteceu em 1916, como agora. Escrevia Dom Leme (pág. 6): "Não cremos em Deus e na Igreja? Nesse caso, não queiramos esconder a nossa descrença. Digamo-lo francamente: não somos católicos".

A crença que não se manifesta em atos está morta. São Tiago, em sua Epístola, diz: "Assim também a fé, se não tiver obras, está morta em seu isolamento" (2,17).

A Doutrina de Jesus Cristo não se esgota nas atividades particulares mas, por sua própria natureza, atinge toda a vida do cristão. Há, portanto, uma contradição quando alguém se afirma "católico" para, logo a seguir, assumir uma posição oposta aos ensinamentos da Igreja. Um rótulo falso não só ofende a verdade, como é nocivo à saúde.

Uma postura, entre outras, está comumente presente em nossos dias: declarar-se integrante da comunidade eclesial e agir contra a mesma.

Esse modo de ser, tão conflitante, nasce habitualmente de lamentável deficiências em nossa formação religiosa.

A primeira, já largamente estudada por Dom Leme em sua Carta Pastoral, é a ignorância religiosa: a ausência de conhecimentos fundamentais, aprendidos no catecismo, e da atualização do aprendizado da doutrina. A grande maioria desconhece os rudimentos da Fé.

A segunda, mais séria, por ser sutilmente disfarçada, é a adaptação da Verdade ao comportamento reinante. Tenta-se alcançar o absurdo: criar um catolicismo segundo a mentalidade moderna, isto é, modelado por conceitos antievangélicos do consumismo, da libertinagem, do despudor.

E uma outra é o entibamento na prática dos atos de piedade, por motivo da valorização do social sem qualquer vínculo com o espiritual. Sempre presente o nocivo divórcio entre a Fé e o compromisso político.

Os brasileiros católicos, quer do Poder Constituinte quer simples eleitores, são responsáveis pela inclusão dos postulados cristãos na nova Carta Magna e também pela salvação do país da enfermidade e da degenerescência. A Carta Pastoral de 1916 nos questiona: "Temos a sinceridade cristã de o confessar: somos uma maioria que não atua (...). O Brasil, que aparece, o Brasil-Nação, esse não é nosso. É da maioria" (pág. 16).

O que fazer? A resposta também está na mesma Carta Pastoral (pág. 85): "Para ser a nação mais bela e a mais rica das nações, o Brasil precisa (...) de homens, apenas. Nem se quer que sejam estadistas consumados ou políticos de vocação. Basta sejam homens de bem".

Dom Eugênio de Araújo Sales é cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro